

RECOMA junto con otras organizaciones envia carta al Consejo Ejecutivo del Mecanismo de Desarrollo Limpio sobre Plantar

Ao: Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da UNFCCC

Assunto: Referencia no. 2569 – Reflorestamento como fonte renovável de fornecimentos de madeira para o uso industrial no Brasil (Reference nr. 2569 - Reforestation as a Renewable Source of Wood Supplies for industrial use in Brazil)

13 de setembro de 2010

Prezado/a Senhor/a

Mais uma vez vimos mostrar nossa indignação contra uma possível aprovação do projeto número 2569 “Reflorestamento como fonte renovável de fornecimentos de madeira para o uso industrial no Brasil” da empresa brasileira Plantar S.A, ponto de pauta da reunião deste Conselho Executivo que ocorrerá esta semana na cidade de Brasília(DF).

Somos absolutamente contrários à aprovação deste projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo porque sugere que plantar uma monocultura industrial de eucalipto em cerca de 11 mil hectares no estado de Minas Gerais estaria contribuindo com o ‘desenvolvimento sustentável’ no Brasil e reduzindo os efeitos do aquecimento global.

A atividade em questão não contribui para o ‘desenvolvimento sustentável’ no Brasil, e tampouco ajudará a esfriar o planeta. Onde a monocultura de eucalipto em larga escala é promovida no país ocorrem graves problemas, tais como:

- o aumento da especulação fundiária e, com isso, a paralisação da reforma agrária, da demarcação de terras indígenas e quilombolas; expandir a monocultura de eucalipto significa o aprofundamento da concentração de terras, renda e poder em mãos de 1% dos donos de terras, incluindo a Plantar, que juntos ocupam 44% de todas as terras agricultáveis no Brasil;
- a desestruturação de comunidades e expulsão das famílias camponesas;
- o aumento do desemprego no campo - a monocultura de eucalipto gera cerca de 1 emprego em cada 100 hectares de terra, enquanto a agricultura camponesa gere 15 empregos em cada 100 hectares -;
- a oferta, inclusive pela Plantar como terceirizada de outras empresas de eucalipto, de empregos mal pagos e perigosos porque muitos dos/as trabalhadores/as aplicam agrotóxicos.
- a redução da produção de alimentos, afetando a segurança e a soberania alimentar;
- a redução da disponibilidade de água nas (micro)basins e contaminação das mesmas com fertilizantes químicos e agrotóxicos (fabricadas a partir do petróleo); na região do projeto da Plantar, a água disponível para os moradores reduziu tanto que a empresa foi obrigada a fornecer água com carro-pipa para as famílias camponeses vizinhas das ‘plantações de carbono’.
- o estímulo indireto ao desmatamento quando empresas do agronegócio como a Plantar se apropriam de fazendas de gado, pagando acima do preço de mercado e, com isso, estimulando estes fazendeiros a comprar novas terras o que tem contribuído fortemente com o desmatamento em outras regiões, inclusive na Amazônia.

A atividade específica em questão não resulta em nenhuma contribuição permanente para esfriar o planeta. Os eucaliptos em crescimento garantem apenas uma absorção temporária de carbono (CO<sub>2</sub>) da atmosfera. Quando estes eucaliptos são cortados e queimados depois de 6-7 anos e transformados em carvão vegetal para servir como fonte energética para a usina poluidora de produção de ferro gusa em Sete Lagoas(MG), o carbono ‘armazenado’ é novamente liberado. Por isso, é inaceitável que o carbono armazenado nos eucaliptos justificaria a emissão de uma quantidade equivalente de carbono da queima de combustíveis fósseis por empresas poluidoras da Europa. Isto resulta num aumento líquido da quantidade de carbono em circulação, aprofundando ainda mais a crise climática. Enquanto isso, a Plantar, ao vender ‘créditos de carbono’, ganha dessas empresas poluidoras um subsídio a mais para continuar poluindo e lucrando.

Há quase 10 anos que organizações e movimentos da sociedade civil brasileira e internacional têm denunciado o projeto oportunista do Grupo Plantar. A aprovação deste projeto seria um precedente extremamente perigoso, ‘oficializando’ um subsídio para que empresas como a Plantar e outras recebam mais recursos para continuar fazendo o que sempre fizeram: plantar monoculturas insustentáveis de eucalipto que agravam ainda mais a crise climática. Significa reforçar um modelo de desenvolvimento desumano para o campo brasileiro, baseado no agronegócio.

Como alternativa, endossamos as propostas da Via Campesina para esfriar o planeta, dentre outras, reforçar a agricultura camponesa que não só contribui positivamente ao equilíbrio do carbono do planeta como também cria 2.8 bilhões de postos de trabalhos para homens e mulheres em todo o mundo. Apoiar a agricultura camponesa é a melhor forma de lutar contra a fome, a desnutrição e a crise alimentar e climática atual. Isso significa o pleno direito à terra e à água como bens sociais e a promoção dos direitos humanos das populações camponesas e tradicionais.

Portanto, esperamos que este Conselho mais uma vez reflita sobre o projeto da Plantar e suas graves consequências e que venha a rejeitá-lo.

## PLANTAÇÕES NÃO SÃO FLORESTAS

- CEPEDDES/Brasil
- Rede Alerta contra o Deserto Verde/Brasil
- Rede Latino-Americana Contra As Monoculturas De Árvores

(outras assinaturas)